

Privatização da BR em março

MARISA KISSIMOTO - 23/12/2004

De acordo com o cronograma do governo, as obras de duplicação de 108 quilômetros da BR começam em agosto

A partir do próximo mês o governo federal começará a licitar os 458 quilômetros da BR-101 no Espírito Santo, que passará a abrigar seis praças de pedágio.

A previsão é de que as obras dos 108 quilômetros da BR se iniciem em agosto. Como cada pedágio, para carro passeio, está previsto para custar R\$ 6, para atravessar o Estado serão gastos R\$ 36.

O diretor do departamento de Outorgas do Ministério dos Transportes, Fábio Duarte, informou que estudos estão sendo feitos para identificar os pontos que precisam de duplicação.

“Ainda não temos os trechos da duplicação. Acredito que serão trechos próximos as grandes cidades e onde o

fluxo de caminhões seja intenso”, informou o diretor.

Além da duplicação, a rodovia ganhará obras como: construção de pontes, terceira faixa, marginais, interseções, retornos, trevos, passarelas para pedestres e barreiras de concreto.

Segundo Duarte, o desgaste provocado pela deterioração das rodovias e a urgência em conferir eficiência à movimentação das cargas que atravessam o Brasil merecem providências urgentes.

A concessão que será feita em oito estados, totalizando três mil quilômetros, terá investimentos de R\$ 10 bilhões, segundo o Ministério dos Transportes.

Duarte acrescentou que os estudos de viabilidade serão enviados, ainda este mês, para o Tribunal de Contas da

União (TCU) e à Comissão Nacional de Desestatização.

O TCU dispõe de 45 dias para analisar os relatórios, porém ainda permanece pendente o critério do leilão, ou seja, se acontecerá pelo menor preço da tarifa a ser cobrada do usuário ou o maior valor pago pela concessão.

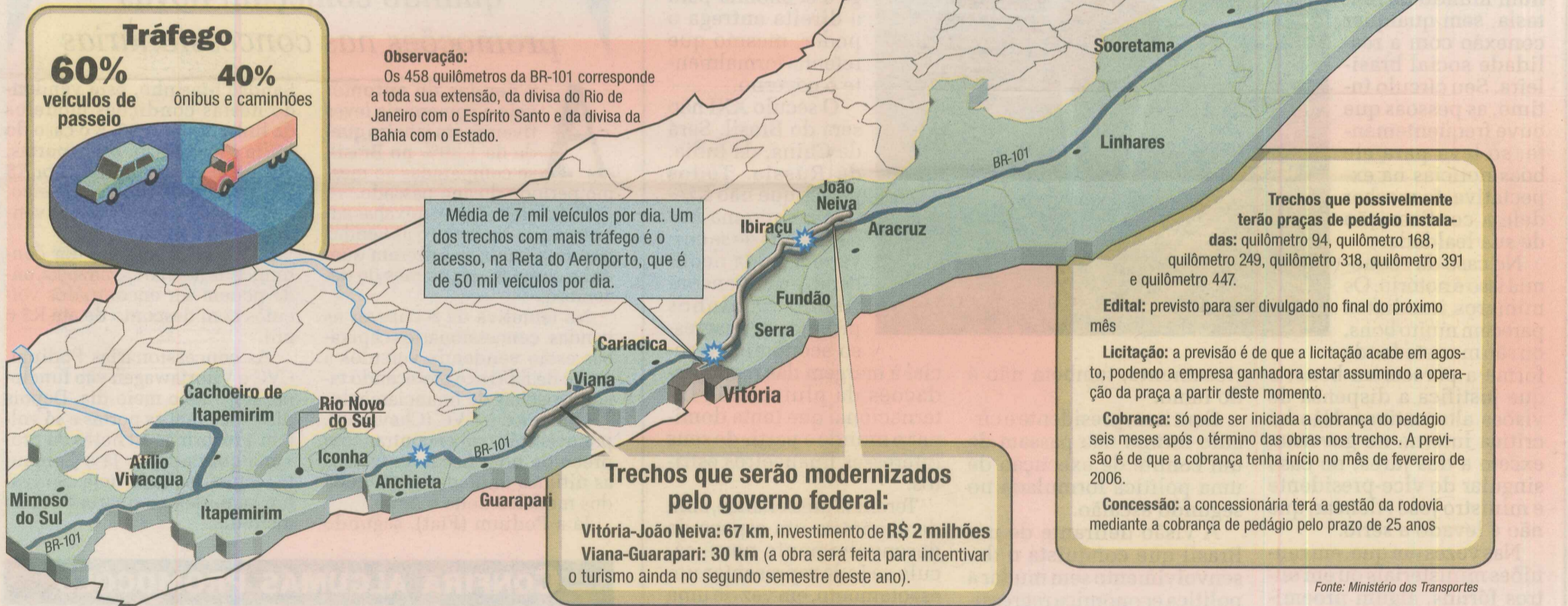
O processo de licitação será aberto tanto para empresas nacionais quanto estrangeiras. Sendo que a mesma empresa pode ganhar a licitação para mais de um trecho.

“As empresas não terão limites na aquisição dos trechos, ou seja, uma única empresa pode ser concessionária de duas ou mais praças de pedágios no Estado”, destacou Duarte.

O diretor do departamento ressaltou que o pagamento da tarifa, que está estimada em R\$ 6, para carro passeio, começará a ser cobrada após o término das obras, previsto para fevereiro de 2006.



Trechos críticos vão receber obras, de acordo com o processo de concessão



Estado na área mais disputada

A BR-101, no Espírito Santo, está entre os trechos mais valorizados do Programa de Concessão de Rodovias do governo federal.

Segundo o diretor do departamento de Outorgas do Ministério dos Transportes, Fábio Duarte, a BR-101, no Espírito Santo, foi escolhida levando em conta a necessidade de recuperação da rodovia, além do movimento de carros de passeio e das cargas que são transportadas pela BR.

“Para a privatização levamos em conta a necessidade de re-

cuperação imediata dos trechos, as adaptações que terão que ser feitas pelos concessionários e a importância da rodovia para o Brasil, tanto para carros de passeio quanto para transporte de cargas”, destacou Duarte.

Além da BR-101 no Estado, com um trecho total de 458 quilômetros – entre as divisas da Bahia com o Espírito Santo e do Espírito Santo com o Rio de Janeiro –, integram essa fase os trechos da BR-153 (entre as divisas Minas-São Paulo e São Paulo-Paraná), com 321,70 quilômetros; BR-116 (entre Curitiba e a divisa Santa Catarina-Rio Grande do Sul), com 406,50 quilômetros; BR-393 (trecho entre a divisa de Minas com o Rio e o entroncamento com a Via Dutra), com 200,50 quilômetros; BR-101 (trecho entre a divisa do Rio de Janeiro com o Espírito Santo e a Ponte Rio-Niterói), com 320,80 quilômetros; BR-381 (trecho Belo Horizonte-São Paulo); BR-116 (trecho São Paulo-Curitiba), com 401,70 quilômetros e o trecho BR-116 (entre Curitiba-Florianópolis), com 367,60 quilômetros.

Atualmente os estudos de viabilidade de cada um dos oito lotes foram concluídos e serão entregues nos próximos dias ao TCU e à Comissão Nacional de Desestatização.

Como o TCU dispõe de 45 dias para analisar os relatórios, os editais somente serão divulgados após esse prazo.

A previsão é que os editais fiquem prontos no próximo mês e o processo licitatório tenha duração de quatro meses.

A concessionária ganhadora assumirá o trecho para o início das obras no mês de agosto.

Durante o processo de aprovação do TCU e da licitação, o governo federal definirá qual será o critério dos leilões: menor preço de tarifa para o usuário ou a empresa que oferecer o maior va-

ENTENDA O PROCESSO

- Atualmente os estudos de viabilidade de cada um dos oito lotes foram concluídos e serão entregues nos próximos dias ao TCU e à Comissão Nacional de Desestatização.
- Como o TCU dispõe de 45 dias para analisar os relatórios, os editais somente serão divulgados após esse prazo.
- A previsão é que os editais fiquem prontos no próximo mês e o processo licitatório tenha duração de quatro meses.
- A concessionária ganhadora assumirá o trecho para o início das obras no mês de agosto.
- Durante o processo de aprovação do TCU e da licitação, o governo federal definirá qual será o critério dos leilões: menor preço de tarifa para o usuário ou a empresa que oferecer o maior valor pela gestão da rodovia.
- Os concessionários que assumirem os oito lotes a serem licitados só poderão começar a cobrança dos pedágios seis meses depois do início da gestão. Esse tempo será usado para iniciar o processo de recuperação das estradas.
- O ápice do processo é o leilão na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), previsto para acontecer no mês de julho, mediante lances sucessivos sem limites.
- Tão logo seja concluído o programa de privatização dos três mil quilômetros, o Ministério dos Transportes pretende iniciar a licitação de outros cinco mil quilômetros de estradas federais, que restarão para serem transferidos à iniciativa privada.